

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.776 - PR (2019/0028208-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO
ADVOGADO : CRISTIANO GUERIOS NARDI - PR053738
RECORRIDO : SONIA MESQUITA SANTANA
ADVOGADOS : PAULO HERNANI DE MENEZES JUNIOR - PR053019
ARLINDO FERNANDES JUNIOR - PR068907
INTERES. : VIACAO MARUMBI LTDA
ADVOGADO : JÉSSICA AGDA DA SILVA PAOLONI - PR040659

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 1014-1015, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - RESPONSABILIDADE CIVIL - QUEDA DE PASSAGEIRA DO INTERIOR DO ÔNIBUS APÓS FREADA - RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO RECONHECIDA NA SENTENÇA, E QUE NÃO É OBJETO DE IRRESIGNAÇÃO - PENSÃO MENSAL - TERMO FINAL - DANOS MORAIS - QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO - JUROS DE MORA - TERMO INICIAL - CITAÇÃO - RESPONSABILIDADE CONTRATUAL - HONORÁRIOS RECURSAIS - CABIMENTO. RECURSO DE APELAÇÃO N.º 01 (DA DENUNCIADA) DESPROVIDO. RECURSO DE APELAÇÃO N.º 02 (DA REQUERENTE) PARCIALMENTE PROVIDO. 1 - Nos casos de incapacidade permanente, o pagamento de pensão deve ser vitalício. *In casu*, todavia, a parte autora formulou pedido certo de limitação do pensionamento até os 77 anos de idade, razão pela qual, excepcionalmente, a sentença adotou tal marco para fins de condenação. 2 - A fixação do montante devido a título de dano moral fica ao prudente arbítrio do Julgador, devendo pesar nestas circunstâncias, a gravidade e duração da lesão, a possibilidade de quem deve reparar o dano, e as condições do ofendido, cumprindo levar em conta que a reparação não deve gerar o enriquecimento ilícito, constituindo, ainda, sanção apta a coibir atos da mesma espécie. 3 - Os juros de mora, em se tratando de ilícito contratual, devem incidir desde a data da citação.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados (fls. 1103-1109, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 1112-1125, e-STJ), a recorrente aponta violação, pelo aresto estadual, ao artigo 18, "d" e "f", da Lei n. 6.024/74.

Sustenta, em síntese, que por se encontrar em regime de liquidação extrajudicial, não é devida a correção monetária sobre o valor da condenação e os juros devem ser suspensos enquanto não for integralmente pago o passivo.

Sem contrarrazões (fl. 1129, e-STJ).

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 1131-1132, e-STJ), os

autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A recorrente aponta ofensa ao artigo 18, "d" e "f", da Lei n. 6.024/74, sustentando que, por se encontrar em regime de liquidação extrajudicial, não é devida a correção monetária sobre o valor da condenação e os juros devem ser suspensos enquanto não for integralmente pago o passivo.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 1105-1106, e-STJ):

Cumpra acrescentar que **a correção monetária e os juros de mora são devidos pela instituição em liquidação extrajudicial, ato este que não interrompe a fluência de tais consectários legais.**

Ora, dispõe o artigo 18, alíneas "d" e "f", da Lei nº 6.024/1974:

Art. 18 - A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

d) não-fluência de juros, mesmo que estipulados contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo.

f) não reclamação de correção monetária de quaisquer dívidas passivas, nem de penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas.

Todavia, **tal dispositivo proíbe a fluência de juros apenas em relação aos créditos já constituídos, hipótese não verificada na presente, vez que não há sequer título executivo formado até o momento, devendo eventual pleito de exclusão dos juros ser formulado na fase de cumprimento de sentença.**

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça firmou "o entendimento de que a liquidação extrajudicial não interrompe a contagem dos juros moratórios, haja vista a possibilidade de sua fluência a partir da decretação da quebra, existindo ativo suficiente para o pagamento do passivo." (AgRg no AREsp 2.338/GO, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 25/03/2013) [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador entendeu que a correção monetária e os juros são devidos pela instituição em liquidação extrajudicial, pontuando que, na hipótese, não há sequer título executivo formado, devendo eventual pleito de exclusão dos juros ser formulado na fase de cumprimento de sentença (fl. 1106, e-STJ).

Sobre a matéria, a jurisprudência desta Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito. Pelo mesmo fundamento, a jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que a liquidação extrajudicial não impede a fluência de juros e correção monetária, quando se trata de ação de conhecimento, **como na hipótese.**

A propósito, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. SUSPENSÃO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. INAPLICABILIDADE.

FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO PATRIMONIAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça." **2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito.** 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 902.085/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16.02.17, DJe 06.03.17) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. **LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO IMPEDE A FLUÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.** JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Não há falar em ofensa ao art. 1.022 do NCPC, tendo em vista que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. 2. Nos casos de indenização por responsabilidade contratual, como nos autos, a mora constitui-se a partir da citação e não da data do arbitramento do valor indenizatório. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no Resp 1.658.983/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - Desembargador convocado do TRF 5ª Região, QUARTA TURMA, julgado em 26.06.18, DJe 29.06.18) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA. 1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo órgão julgador de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões ou contradições, portanto, deve ser afastada a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15. Consoante entendimento desta Corte, não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota para a resolução da causa fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta, como ocorre na hipótese. Precedentes. **2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial não alcança as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito, bem assim que tal condição não impede a incidência de juros e correção monetária. Incidência da Súmula 83 do STJ.** 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.669.141/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26.06.2018, DJe 01.08.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURADORA DENUNCIADA À LIDE. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. GRATUIDADE DA

JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE O JUIZ DENEGAR O PEDIDO DE OFÍCIO, EXCEPCIONALMENTE. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DESTES AUTOS QUE ILIDE ESSA PRESUNÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. **JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. SUSPENSÃO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES.** 4. SEGURADORA. CONSECUTÓRIOS LEGAIS DECORRENTES DA CONDENAÇÃO. CABIMENTO. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente apreciadas pela Corte estadual, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional. 2. A solução dada pelo acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual: "O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie" (AgInt no REsp n. 1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017). Assim, para elidir as conclusões do aresto impugnado quanto às convicções formadas pelo Tribunal de origem acerca da ausência da comprovação da hipossuficiência da recorrente, seria imprescindível o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial nos termos da Súmula n. 7 do STJ. **3. O acórdão estadual está em sintonia com o entendimento deste Tribunal "de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito"** (AgInt no AREsp n. 902.085/SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 6/3/2017). Incidência da Súmula n. 83/STJ. 4. A seguradora denunciada à lide deve arcar com o pagamento dos juros de mora. Precedentes. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1715032/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. **DECRETAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO IMPEDE A FLUÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 83/STJ.** DANO MORAL CONFIGURADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Negativa de prestação jurisdicional não configurada. **2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a decretação da liquidação extrajudicial não impede a contagem dos juros em face da entidade, pois, havendo saldo suficiente após a liquidação do passivo, os juros serão pagos.** [...] 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1019479/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.12.2017, DJe 19.12.2017) [grifou-se]

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a

jurisprudência do STJ, incide, no ponto, o óbice da Súmula 83 desta Corte, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

2. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

